



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2020

ARP nº. 66/2020

PROCESSO nº. 0001605-21.2020.6.22.8000

Pregão Eletrônico nº. 29/2020

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **JRP REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **63.772.925/0001-70**, com sede na Av. Rua Getúlio Vargas, 1821- Bairro Km 01. Letra A, CEP 76.804-097. Porto Velho – RO. Telefone(s): 69 3221.2980, 99233.8352, assim como pelo E-mail(s): licitacao@holandapapelaria.com.br, financeiro@holandapapelaria.com.br, neste ato representada por **FRANCISCO SEVERINO IANANES DE OLIVEIRA JUNIOR**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. **752676/SSP-RO** e CPF nº. **527.990.932-72**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Valor Unit.	Quant	Vlr Total R\$
01	Item 11 do Edital. SACO PLÁSTICO LIXO. Saco plástico lixo, capacidade 60 l, cor branco leitoso, características adicionais com simbologia de substância infectante, normas técnicas nbr 7500, nbr	Centena	19,90	50	995,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9191, material polietileno. Marca: RAVA.				
Valor total da ARP, R\$				995,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 20 (vinte) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Os materiais deverão serem entregues em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União - CEP: 76.805-859 – Porto Velho/RO, mediante agendamento, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega por meio dos telefones da SEALM: (69) 3211-2268 / 2092 / 2051/2000.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e a Fiscalização deste objeto serão realizadas pelos titulares da COMAP, SEALM e SAMS, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 14 de outubro de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	FRANCISCO SEVERINO IANANES DE OLIVEIRA Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO SEVERINO IANANES DE OLIVEIRA JUNIOR, Usuário Externo**, em 15/10/2020, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/10/2020, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 15/10/2020, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 16/10/2020, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001605-21.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 28/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – eventual aquisição de material permanentes. - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 210 / 2020 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Diretoria-geral, com o objetivo de eventual **aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI** via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal durante as Eleições 2020.

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico referente a pretendida contratação, a qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 150/2020 - PRES/DG/AJDG ([0564651](#)).

03. Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 29/2020 ([0538624](#)) no Diário Oficial da União – DOU nº 148, de 04/08/2020 ([0566565](#)). Contudo, a fim de regularizar a publicação infrutífera no Diário de Justiça Eletrônico - DJE do TRE-RO ([0566566](#)), foi suspenso o Pregão Eletrônico em comento ([0566573](#) e [0566574](#)) e reaberto o seu prazo em 07/08/2020, juntamente com sua publicação no DJE nº 153, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0568277](#)).

04. Na sequência houve um pedido de esclarecimento sobre a medida ou modo de fornecimento do objeto, prontamente respondido pelo Pregoeiro ([0569775](#)) e foi protocolada uma 1 (uma) impugnação ([0570068](#)), julgada procedente ([0571717](#)), e que originou alteração do TR ([0570315](#)), conforme Despacho nº 1246/2020 – PRES/DG/GABDG ([0570926](#)).

05. Diante disso, o Edital do PE nº 29/2020 foi republicado com as alterações nos seus anexos em 24/8/2020 ([0574280](#)), após sua análise e aprovação por esta unidade, como se verifica no Parecer Jurídico nº 168/2020 – PRE/DG/AJDG ([0573334](#)). Nesta reabertura de prazo, houve apenas um pedido de esclarecimento ([0580496](#)).

06. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas (0580496[0580496](#));

b) propostas das licitantes ([0583203](#), [0583205](#), [0583207](#), [0583209](#), [0583212](#), [0583213](#), [0583221](#), [0583224](#), [0583224](#), [0583225](#), [0583228](#), [0583230](#), [0583235](#), [0583238](#), [0585381](#), [0585383](#), [0585384](#), [0586217](#), [0586689](#), [0586704](#), [0592326](#), [0593740](#), [0594754](#) e [0596278](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Documentos complementares as propostas ([0585382](#), [0585621](#), [0585790](#), [0586694](#), [0586697](#), [0588705](#) e [0593739](#));

d) manifestações das unidades técnicas - SEALM e SAMES - quanto aos documentos mencionados ([0584737](#), [0585401](#), [0585574](#), [0586710](#), [0586923](#), [0589016](#), [0592538](#), [0592770](#), [0593768](#) e [0595408](#)); e

e) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0596282](#), [0596283](#), [0596286](#), [0596288](#), [0596289](#), [0596290](#), [0596293](#) e [0596295](#)).

07. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0596484](#)), Resultado por Fornecedor ([0596485](#)), Termo de Adjudicação ([0596486](#)) e comprovante de publicação do Resultado de Licitação no Diário Oficial da União - DOU e ao Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0598230](#)).

08. Por fim, em seu relatório ([0596738](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0596763](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0568277](#) e [0574280](#)).

10. Na publicação do aviso ([0568277](#) e [0574280](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao

Edital: Inicialmente, 01 (um) pedido de esclarecimento sobre a medida ou modo de fornecimento do objeto, prontamente respondido pelo Pregoeiro ([0569775](#)), e 01 (uma) impugnação ao edital apresentada pela empresa BETANIENED COMERCIAL EIRELI, a qual, em síntese, questionava a dispensa da exigência de apresentação de registro do produto perante a ANVISA, com fundamento legal no art. 9º da RDC nº 356, de 23/03/2020. Após consultar a unidade técnica ([0570312](#)), o pregoeiro julgou procedente a impugnação ([0571717](#)), resultando na retificação do edital. Após republicação deste com as modificações pertinentes, houve 01 (um) pedido de esclarecimento, sendo devidamente respondido ([0580496](#));

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0583239](#)) e na ata do certame ([0596484](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas no relatório de ocorrências, conforme subitem 5.3 do Relatório nº 61/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0596380](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os 3, 8, 9, 12, 15, 16, 17 e 18 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas ASTRA CIENTIFICA EIRELI - item 7 ([0596282](#)), BONIN & BONIN LTDA - item 19 ([0596283](#)), INNOVARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS PLASTICAS EIRELI - itens 4 e 14 ([0596286](#)), JRP REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS EIRELI - item 11 ([0596288](#)), ONADIR SERRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

JUNIOR - item 10 ([0596289](#)), SUNHAUS LTDA - itens 1 e 13 ([0596290](#)), T A - INDUSTRIA E FACCAO DE ARTIGOS PARA O VESTUARIO LTDA - item 2 ([0596293](#)) e STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI - item 5 e 6 ([0596295](#)) atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito ([0596494](#)), e foram habilitadas.

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0596484](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os **itens 3, 8, 9, 12, 15, 16, 17 e 18 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação, e, nos casos dos itens 15, 16, 17 e 18 (cotas reservadas para ME/ EPP), também poderão ser adjudicados aos licitantes vencedores das cotas principais.

16. Segundo o § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15, o edital deverá prever a possibilidade de adjudicação ao vencedor da cota principal ou, caso haja recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado na cota principal, quando não houver vencedor para cota reservada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. No caso em tela, o **Edital nº 29/2020, em seu subtópico 8.13**, traz a seguinte regra:

8.13. Na hipótese de não haver vencedor(es) para as cotas reservadas para ME/EPP (itens 13, 14, 15, 16, 17 e 18 do objeto), estas poderão ser adjudicadas ao(s) vencedor(es) da(s) cota(s) principal(is) (itens 01, 04, 05, 06, 07 e 10 do objeto, respectivamente) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

18. Embora haja esta previsão, o pregoeiro relata que os objetos fracassados referentes a cotas reservadas poderão ser adjudicados às licitantes vencedoras das cotas principais apenas nos autos, uma vez que existe inviabilidade do sistema Comprasnet de operacionalizar a assunção da cota reservada pelo vencedor da cota principal em licitação para formação de registro de preço ([0596738](#)).

19. Alerta, ainda, que caso essa seja a opção escolhida, já estão presentes nos autos a concordância expressa das vencedoras quanto adjudicação aos itens 15, 16, 17 e 18, conforme eventos [0596714](#), [0596718](#) e [0596732](#).

20. Nesse sentido, tendo em vista a determinação contida no § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15 c/c subtópico 8.13 do Edital nº 29/2020, a autoridade competente poderá adjudicar, nos autos, as cotas reservadas fracassadas às licitantes vencedoras das cotas principais.

21. Quanto aos demais hipóteses aplicadas a todos os itens fracassados, **caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a unidade demandante deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por este setor, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma analisaremos a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

22. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

23. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93”** (sem grifo no original).

25. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

26. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

27. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;

d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;

e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

28. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

29. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO

30. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0596486**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

31. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar:

a) nos casos dos itens 15, 16, 17 e 18, pela adjudicação destas cotas reservadas fracassadas às licitantes vencedoras das respectivas cotas principais, com fulcro § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15 c/c subtópico 8.13 do Edital nº 29/2020, observados o interesse público da contratação; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

32. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 08/10/2020, às 08:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 08/10/2020, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001605-21.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Adjudicação e homologação – Pregão Eletrônico nº 29/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – eventual aquisição de equipamentos de proteção Individual - EPIs

DESPACHO Nº 1656 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por esta Diretoria-geral, com o objetivo de eventual **aquisição de equipamentos de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proteção individual - EPI via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal durante as Eleições 2020 ([0540830](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico n. **29/2020** ([0573888](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0596484](#)); o Resultado por Fornecedor ([0596485](#)); Relatório nº 61/2020 ([0596738](#)); Termo de Adjudicação ([0596486](#)) e publicação do resultado da Licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0598230](#)).

Foram apresentados 2 (dois) pedidos de esclarecimentos, os quais foram devidamente respondidos pelo Pregoeiro (([0569775](#) e [0580496](#)) e, uma impugnação ao Edital ([0570068](#)), que foi julgada procedente pelo Pregoeiro, resultando na alteração do Edital e na sua republicação ([0571717](#)).

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 05.431.736/0001-38 - ASTRA CIENTIFICA EIRELI, item 7, valor R\$ 102.931,40; 29.004.099/0001-81 - BONIN & BONIN LTDA, item 19, valor R\$ 19.712,00; 33.656.835/0001-53 - INNOVARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS PLASTICAS EIRELI, itens 4 e 14, valor R\$ 118.547,55; 63.772.925/0001-70 - JRP REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS EIRELI; item 11, valor R\$ 995,00; 23.935.375/0001-49 - ONADIR SERRATO JUNIOR, item 10, valor R\$ 53.840,00; 26.648.951/0001-65 - SUNHAUS LTDA, itens 1 e 13, valor R\$ 52.578,00; 35.927.779/0001-70 - T A - INDUSTRIA E FACCAO DE ARTIGOS PARA O VESTUARIO LTDA, item 2, valor R\$ 4.275,00; e 05.252.941/0001-36 - STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI, itens 5 e 6, valor R\$ 218.124,90 (duzentos e dezoito mil cento e vinte e quatro reais e noventa centavos).

Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras ([0596486](#)). Valor total do certame R\$ 571.003,85 (quinhentos e setenta e um mil três reais e oitenta e cinco centavos). Os itens **3, 8, 9, 12, 15, 16, 17 e 18 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos.

Mediante o Parecer Jurídico nº 210/2020 ([0602068](#)), a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Adjudicação ([0596486](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes especificados no referido Parecer Jurídico. Ainda, reafirmou a possibilidade de a Administração optar, nos casos dos itens 15, 16, 17 e 18, pela adjudicação destas cotas reservadas fracassadas às licitantes vencedoras das respectivas cotas principais, com fulcro § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15 c/subtópico 8.13 do Edital nº 29/2020, observados o interesse público da contratação; e pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

Inicialmente, importa registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0596484](#)). Evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Pois bem. Conforme relatado, os **itens 3, 8, 9, 12, 15, 16, 17 e 18 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação, consoante opinativo da AJDG, tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação, com base no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93 e, nos casos dos itens 15, 16, 17 e 18 (cotas reservadas para ME/ EPP), também poderão ser adjudicados aos licitantes vencedores das cotas principais.

Desta forma, como bem observado pelo Pregoeiro, no Relatório 61/202, nos termos do **§ 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15**, o edital deverá prever a possibilidade de adjudicação ao vencedor da cota principal ou, caso haja recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado na cota principal, quando não houver vencedor para cota reservada. Informa que, dos itens fracassados, alguns são cotas reservadas para ME/EPP, a saber:

- Item 15 é cota do item 4 (face shields)
- Item 16 é cota do item 5 (álcool 70 gel)
- Item 17 é cota do item 6 (álcool 70 líquido)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Item 18 é cota do item 7 (lenço em sachê)

Observa-se que no item 8.13 o Edital do Pregão Eletrônico n. 29/2020 previu que "na hipótese de não haver vencedor(es) para as cotas reservadas para ME/EPP, estas poderão ser adjudicadas ao(s) vencedor(es) da(s) cota(s) principal(is)".

Contudo, o sistema comprasnet não possui operacionalização dessa possibilidade, conforme explicado pelo Pregoeiro. Assim, a adjudicação do objeto fracassado às vencedoras das cotas principais será feita apenas nestes autos, as quais expressamente manifestaram interesse, conforme eventos [0596714](#), [0596718](#) e [0596732](#), por provocação do Pregoeiro.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018 e com fulcro no **§ 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15 c/subtópico 8.13 do Edital nº 29/2020**, esta diretora-geral ADJUDICA as cotas reservadas fracassadas da seguinte forma: item 15 à empresa INNOVARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS PLASTICAS EIRELI; item 16 e 17 à empresa STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI e item 18 à empresa ASTRA CIENTIFICA EIRELI e, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 29/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0596486](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Encaminhem-se o feito à Unidade solicitante para **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços para contratação dos itens **3, 8, 9, 12**. Ademais, acolhe a recomendação da AJDG, no sentido de investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 09/10/2020, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos